

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Equatorial Microseguros S.A.

Em 30 de junho de 2018 com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Contábeis Intermediárias

Equatorial Microseguros S. A.

Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2018

Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias	2
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias	8

Equatorial Microseguros S. A.
Relatório da Administração

Senhores acionistas

Apresentamos a V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 da **Equatorial Microseguros S. A.**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Política de reinvestimentos – A Companhia está em consonância com a Lei das Sociedade por Ações.

Negócios sociais - A Companhia é autorizada a operar com microsseguros no ramo de pessoas em todo território nacional, exceto na região 7. A Companhia tem aprovado pela Susep os produtos: **a)** Prestamista; **b)** Microseguros de Pessoas Coletivo Premiável; **c)** Microseguros de Pessoas Bilhete Premiável; e **d)** Microseguros de Pessoas Capital Global, no qual estão inseridas todas as coberturas relacionadas na Circular Susep nº 440/2012. A Companhia através de AGE realizada em 15.05.2018 deliberou o encaminhamento à Susep de pedido de aumento de capital, objetivando a aprovação prévia para operar na região 7, bem como alteração da razão social para Equatorial Seguradora S. A. - Microseguros.

Perspectivas e planos da administração para o período seguinte - Levantamos como premissa a racionalização e o aperfeiçoamento da Companhia, dentro do cenário de competição, com níveis baixos de retomada da economia, também pelo fato de indefinições neste ano de eleições presidenciais. Mantem um cenário de juros e inflação a níveis históricos baixos, para o segundo semestre de 2018.

Continuidade Operacional: As demonstrações contábeis são elaboradas com base na continuidade operacional. Os ativos e passivos são registrados no uso apropriado do pressuposto de continuidade operacional, levando em consideração que a Companhia no curso normal de seus negócios realizará seus ativos e liquidará seus passivos.

Capacidade financeira - De acordo com as disposições contidas na Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações, Companhia declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

Goiânia (GO), 20 de agosto de 2018.

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas da
Equatorial Microseguros S. A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Equatorial Microseguros S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial Microseguros S. A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediária". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Equatorial Microseguros S. A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o semestre findo 30 de junho de 2017 foram por nós examinadas, com emissão de relatórios em 21 de fevereiro de 2018 e 25 de agosto de 2017, respectivamente, ambos, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre (RS), 29 de agosto de 2018.

LG SANTOS Auditores & Associados S/S
CRC/RS nº 04.420/O-0 "S/GO"


Luiz Gustavo Oliveira dos Santos
Contador CRC/RS 039.777/O-5 "S/GO"

Equatorial Microseguros S. A
Balço patrimonial em: 30/06/2018 e 31/12/2017 (Em Reais)

A T I V O		30.06.2018	31.12.2017
Circulante	Nota	1.467.061,90	110.848,34
Disponível		42.600,38	61.050,84
Caixa e bancos		42.600,38	61.050,84
Aplicações	5	1.379.331,42	-
Créditos das operações com seguros	6	1.232,68	11.605,49
Prêmios a receber		1.232,68	11.605,49
Títulos e créditos a receber	7	43.897,42	38.192,01
Créditos tributários e previdenciários		43.515,73	37.825,39
Outros créditos		381,69	366,62
Ativo Não Circulante		2.939.124,26	1.843.519,10
Realizável a longo prazo		2.931.079,26	1.838.124,48
Aplicações	5	2.931.079,26	1.838.124,48
Investimentos		8.045,00	5.394,62
Participações societárias	8	8.045,00	5.394,62
Total do ativo		4.406.186,16	1.954.367,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Equatorial Microseguros S. A
Balço patrimonial em: 30/06/2018 e 31/12/2017 (Em Reais)

P A S S I V O		30.06.2018	31.12.2017
Circulante	Nota	179.125,93	130.457,48
Contas a pagar		78.664,63	81.091,99
Obrigações a pagar	9	18.749,51	46.538,20
Impostos encargos sociais a recolher	10	14.909,08	15.793,87
Encargos trabalhistas	11	39.546,79	15.656,67
Impostos e contribuições	12	5.459,25	3.103,25
Provisões técnicas - seguros	13	100.461,30	49.365,49
Pessoas		100.461,30	49.365,49
Patrimônio líquido	16	4.227.060,23	1.823.909,96
Capital social		1.700.000,00	1.700.000,00
Capital social em aprovação		2.420.000,00	-
Reservas de lucros		123.909,96	123.909,96
Lucros ou prejuízos acumulados		(16.849,73)	-
Total do passivo		4.406.186,16	1.954.367,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Equatorial Microseguros S. A.
Demonstração do resultado do exercício em: 30/06/2018 e 30/06/2017 (Em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Premios emitidos	409.701,41	277.191,00
Variações das provisões técnicas de prêmios	(36.794,45)	(1.035,35)
Prêmios ganhos	372.906,96	276.155,65
Sinistros ocorridos	(74.517,56)	(20.916,92)
Custos de aquisição	(77.449,13)	(2.616,19)
Outras receitas e despesas operacionais	13.854,77	3.056,15
Despesas administrativas	(298.012,28)	(171.723,87)
Despesas com tributos	(49.872,47)	(46.408,48)
Resultado financeiro	94.489,60	95.862,75
Resultado patrimonial	1.750,38	79,09
Resultado operacional	(16.849,73)	133.488,18
Resultado líquido	(16.849,73)	133.488,18
Quantidade de ações	1.705.168	1.705.168
Lucro (prejuízo) por ação	(0,01)	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Equatorial Microseguros S. A.
Demonstração do resultado abrangente em: 30/06/2018 e 30/06/2017 (Em Reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Resultado líquido	(16.849,73)	133.488,18
Total do resultado abrangente	(16.849,73)	133.488,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Equatorial Microseguros S. A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em: 30 de junho de 2018 e 2017

(Em Reais)

Discriminação	Capital social	Aumento capital social (Em aprovação)	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Período findo em 30 de junho de 2017					
Saldos anteriores em 01.01.2017	1.700.000,00	-	49.297,33	-	1.749.297,33
Resultado líquido	-	-	-	133.488,18	133.488,18
Saldos finais em 30.06.2017	1.700.000,00	-	49.297,33	133.488,18	1.882.785,51
Mutações do período	-	-	-	133.488,18	133.488,18
Período findo em 31 de dezembro de 2017					
Saldos anteriores em 01.01.2017	1.700.000,00	-	49.297,33	-	1.749.297,33
Resultado líquido	-	-	-	97.852,63	97.852,63
Proposta para distribuição do resultado					
<i>Reserva legal</i>	-	-	4.892,63	(4.892,63)	-
<i>Dividendos</i>	-	-	-	(23.240,00)	(23.240,00)
<i>Outros (Dividendos adicional proposto)</i>	-	-	4.648,00	(4.648,00)	-
<i>Outros (Reserva de retenção de lucros)</i>	-	-	65.072,00	(65.072,00)	-
Saldos finais em 31.12.2017	1.700.000,00	-	123.909,96	-	1.823.909,96
Mutações do período	-	-	74.612,63	-	74.612,63
Período findo em 30 de junho de 2018					
Saldos anteriores em 01.01.2018	1.700.000,00	-	123.909,96	-	1.823.909,96
Aumento de capital (Em aprovação) <i>AGE 15/05/2018</i>	-	2.420.000,00	-	-	2.420.000,00
Resultado líquido	-	-	-	(16.849,73)	(16.849,73)
Saldos finais em 30.06.2018	1.700.000,00	2.420.000,00	123.909,96	(16.849,73)	4.227.060,23
Mutações do período	-	2.420.000,00	-	(16.849,73)	2.403.150,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Equatorial Microseguros S. A.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto) em 30/06/2018 e 30/06/2017

(Em reais)

	30.06.2018	30.06.2017
Atividades operacionais		
Resultado líquido	(16.849,73)	133.488,18
Ajustes para:		
Variação no valor justo de propriedades para investimentos	(1.750,38)	(79,09)
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(2.472.286,20)	(73.117,10)
Créditos das operações de seguros	10.372,81	(5.448,18)
Créditos fiscais e previdenciários	(5.690,34)	(50.773,00)
Outros ativos	(15,07)	(778,38)
Impostos e contribuições	2.356,00	(10.398,84)
Outras contas a pagar	(4.783,36)	(18.724,42)
Depósitos de terceiros	-	(130,00)
Provisões técnicas - seguros	51.095,81	9.323,51
Caixa gerado (consumido) pelas operações	<u>(2.437.550,46)</u>	<u>(16.637,32)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	<u>(2.437.550,46)</u>	<u>(16.637,32)</u>
Atividade de investimento		
Pagamento pela compra		
Investimentos	(900,00)	(900,00)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(900,00)</u>	<u>(900,00)</u>
Atividade de financiamento		
Aumento de capital (em aprovação)	2.420.000,00	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	<u>2.420.000,00</u>	<u>-</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.450,46)</u>	<u>(17.537,32)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	61.050,84	30.748,23
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	42.600,38	13.210,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Equatorial Microseguros S. A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2018

(Em reais)

1 - Contexto operacional

A Equatorial Microseguros S. A. (doravante referida, também, como “Companhia” ou “Seguradora”) sociedade anônima de capital fechado, constituída através da Assembleia Geral de Constituição (AGC) realizada em 27.03.2014, é uma Microseguradora, autorizada pela Portaria nº 6.036, de 26.09.2014, da Superintendência de Seguros Privados - Susep, a operar exclusivamente microsseguros de pessoas nas regiões 1ª a 6ª e 8ª do território nacional. O endereço registrado da Sede da Companhia é na Avenida Paranaíba nº 538, sala 10 - Setor Central - Goiânia - GO. O quadro de acionistas está composto por:

RAZÃO SOCIAL / NOME COMPLETO	%
Equatorial Previdência Complementar	78,07%
Aldomiro Pereira Faleiro	7,69%
Aldo Faleiro	6,10%
Frederico Faleiro	6,10%
Djalma Alves Monteiro	1,02%
Daniel Faleiro	1,02%
TOTAL	100,00%

2 - Das demonstrações contábeis

- a) **Elaboração** - de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Susep, no que não contrariem a Circular Susep nº 517/2015 e alterações;
- b) **Apresentação** - em conformidade com o disposto no CPC 21 (R1) - Da Demonstração Intermediária, o qual requer a comparabilidade do balanço patrimonial com o correspondente do período findo em 31 de dezembro de 2017, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, com as correspondentes demonstrações do período findo em 30 de junho de 2017, as quais tiveram quando aplicável suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do período atual; e
- c) **Emissão** - A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria da Seguradora em 20 de agosto de 2018.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas e apresentadas nas demonstrações contábeis.

a) Base de preparação

Em consonância à Circular Susep nº 517/2015 e alterações, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela Susep;

Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b) Base para avaliação e moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

c) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas notas explicativas, a seguir:

- Nota 13 - Provisões técnicas;

d) Aplicações

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros através do reconhecimento inicial sobre as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação.

- **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado** - um ativo financeiro é classificado a valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período;
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável;
- **Determinação do valor justo** - o valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos; e
- **Redução ao valor recuperável (impairment)** - um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresente indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, com efeito negativo nos fluxos de caixa, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros, reconhecida publicamente pelo mercado, tendências históricas da probabilidade de inadimplência do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente.

e) Créditos das operações com seguros

Constituído pelos prêmios de seguros que são reconhecidos quando da emissão da apólice, em contra- partida do resultado;

f) Investimentos

Classificados no Ativo Não Circulante e constituído por Participações Societárias, a saber: - Outras Participações - Conta Capital - registrado e demonstrado pelo valor de aquisição, ajustado pelo rateio do resultado, o qual é adicionado ao montante da participação em contrapartida do resultado do período;

g) Provisões Trabalhistas

Constituída pela provisão para 13º salário e férias, calculada e reconhecida mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados, acrescido dos respectivos encargos sociais;

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 20% sobre o lucro tributável, até 31/12/2018, de acordo com a Lei nº 13.169/2015. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente (é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço).

As empresas do mercado segurador tiveram a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido majorada para 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/2015.

i) Provisões técnicas

Classificadas no Passivo Circulante em consonância com as determinações e critérios instituídos pelas normas vigentes; a saber: Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - calculada de acordo com as definições da Circular Susep nº 517/2015 e alterações. Neste caso, foi utilizado o método “pro rata die”, com base no risco vigente na data base, considerando os prêmios comerciais emitidas até tal data e as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição; Provisão de sinistros a liquidar (PSL) – foi constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos de sinistros avisados e não pagos até a data-base de cálculo, de acordo com a determinações da Circular Susep nº 517/2015 e alterações; Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, obedecendo aos critérios da legislação vigente. Como a Supervisionada não dispõe de base de dados suficiente para a utilização de metodologia própria a provisão de eventos ocorridos e não avisados é determinada pelo maior valor entre a aplicação dos percentuais definidos em legislação vigente sobre o somatório dos prêmios comerciais e dos sinistros pagos, no período de 12 (doze) meses, considerando o mês de constituição e os 11 (onze) meses anteriores.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais e ou contratados, bem como, os efeitos de ajuste a valor justo. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes; e

k) Resultado

O resultado é apurado segundo o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas sejam incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

4 - Gerenciamento de riscos

a) **Introdução:** a Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado, operacional e estratégico, proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. A seguir são apresentadas informações sobre: a exposição ao risco e como ele surge, os objetivos, políticas, processos para gerenciar os riscos e métodos utilizados para mensurá-los;

Estrutura de gerenciamento de riscos: a Companhia adota o gerenciamento de riscos de acordo com a abordagem de “três linhas de defesa”, onde as Unidades Operacionais têm a responsabilidade primária de identificar, gerir e comunicar os riscos (primeira linha de defesa), a função de Gestão de Riscos auxilia toda organização na melhoria contínua da estrutura e gestão de riscos e supervisiona os processos de gestão e assunção de riscos executados pelas Unidades Operacionais (Segunda Linha de defesa), já a função de Auditoria Interna independente fornece a supervisão sobre as Unidades Operacionais e a Gestão de Riscos (Terceira Linha de defesa). O processo de gestão de riscos segue as etapas de identificação/avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento dos riscos;

b) **Risco de subscrição seguro:** oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição da tábua biométrica e da taxa de juros, quanto na constituição das provisões técnicas. A função de controle de subscrição foi concebida para mitigar estes riscos a um nível aceitável. O risco de seguro pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. A realização de testes de adequação de passivos e de sensibilidade para cenários projetados permite analisar o impacto das oscilações hipotéticas no resultado da Companhia, de forma a resguardar uma possível mudança no cenário que possa agravar os riscos assumidos;

c) **Risco de crédito:** Abrange o risco de investimentos, pode ocorrer uma possível incapacidade da instituição financeira emitente dos títulos, de honrar seus compromissos com os investidores. Essa situação pode ser causada por problemas financeiros oriundos de uma má administração ou gestão, dificuldades com planos econômicos, e etc. A Companhia considera esses fatores na escolha dos seguimentos de mercado onde realiza suas aplicações financeiras. O constante monitoramento visa manter as condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e liquidez da carteira. Os investimentos são realizados em instituições financeiras com classificação de riscos de primeira linha, e adota-se avaliação de cenário macroeconômico pela análise dos principais indicadores econômicos projetados;

d) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia saldar os seus compromissos quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado através da gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos. A carteira de investimentos segue as diretrizes emanadas da Administração. O objetivo é equilibrar a liquidez com a otimização da rentabilidade dos ativos e manutenção dos riscos de mercado e de crédito adequados as atividades da Companhia. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência possíveis necessidades de alterações nas estratégias;

e) **Risco de mercado:** o risco de mercado está associado à ocorrência de eventos políticos, econômicos e sistêmicos, nacionais ou internacionais, que possam gerar flutuações ou volatilidade nos preços e nos níveis de taxas de rentabilidade. Esta oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização,

podendo acarretar volatilidade e perdas à Companhia. A Administração para mitigar eventuais descasamentos de valores e/ou prazos entre seus ativos e passivos, adota o acompanhamento trimestral desse risco, com base em testes de estresse;

- f) **Risco operacional:** consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento do risco operacional é imprescindível para a geração de valor agregado. A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Para mensurar o risco operacional, a Companhia adota como procedimentos a identificação dos eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens e causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e estabelece reuniões com os gestores, visando ações corretivas e preventivas do risco; e
- g) **Risco Estratégico:** os riscos estratégicos estão associados com as decisões estratégicas da organização para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. O gerenciamento de risco de estratégia busca mitigar os riscos a um nível aceitável. A gestão se traduz na definição de indicadores e metas para acompanhamento da estratégia.

5 - Aplicações

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

CATEGORIA	Valores de mercado em 30/06/2018		Taxa de juros Contratada	Percentual por categoria	Valores de custo	Resultado não Realizado perda/ganho no período	Parâmetro utilizado
	Faixas de vencimento - dias						
No período	De 181 a 365	Acima de 365					
Valor justo por meio do resultado	-	2.931.079,26		68,00%	2.895.402,22		
Letras do tesouro nacional - LFT	-	2.931.079,26	100% Selic	68,00%	2.895.402,22	-	Custo+Rendimentos
Mantidos até o vencimento	1.379.331,42	-		32,00%	1.333.443,26		
Letras do tesouro nacional - LFT	1.379.331,42	-	100% Selic	32,00%	1.333.443,26	-	Custo+Rendimentos
Montante	1.379.331,42	2.931.079,26		100%	4.228.845,48	-	

CATEGORIA	Valores de mercado em 31/12/2017		Taxa de juros Contratada	Percentual por categoria	Valores de custo	Resultado não Realizado perda/ganho no período	Parâmetro utilizado
	Faixas de vencimento - dias						
No período	De 181 a 365	Acima de 365					
Valor justo por meio do resultado	-	501.306,67		27,29%	500.487,83		
Letras do tesouro nacional - LFT	-	501.306,67	100% Selic	27,29%	500.487,83	-	Custo+Rendimentos
Mantidos até o vencimento	-	1.336.817,81		72,71%	1.333.443,26		
Letras do tesouro nacional - LFT	-	1.336.817,81	100% Selic	72,71%	1.333.443,26	-	Custo+Rendimentos
Montante	-	1.838.124,48		100%	1.833.931,09	-	

b) Resumo da movimentação das aplicações financeiras

Discriminação	Saldo em 01/01/2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos/atualizações	Saldo em 30/06/2018
Valor justo por meio do resultado	1.838.124,48	2.394.914,39	20.225,25	97.597,06	4.310.410,68
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	2.394.914,39	11.427,25	46.285,45	2.931.079,26
Mantidos até o vencimento	-	-	8.798,00	51.311,61	1.379.331,42
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	8.798,00	51.311,61	1.379.331,42
Total	1.838.124,48	2.394.914,39	20.225,25	97.597,06	4.310.410,68
Discriminação	Saldo em	Aplicações	Resgates	Rendimentos/	Saldo em

	01/01/2017			atualizações	31/12/2017
Valor justo por meio do resultado	1.758.790,26	520.487,83	1.942.661,53	164.690,11	501.306,67
Fundo - BB CP Corporativo 600 Mil	464.640,21	20.000,00	527.336,05	42.695,84	-
Fundo - Itaú Restec TP Renda Fixa	1.294.150,05	-	1.414.722,41	120.572,36	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	500.487,83	603,07	1.421,91	501.306,67
Mantidos até o vencimento	-	1.333.443,26	2.066,90	5.441,45	1.336.817,71
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.333.443,26	2.066,90	5.441,45	1.336.817,71
Total	1.758.790,26	1.853.931,09	1.944.728,43	170.131,56	1.838.124,48

6 - Créditos das operações de seguros

Valores referentes aos prêmios emitidos de seguros, pendente de recebimento, registrados pelos respectivos valores originais.

a) Prêmios a receber:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Ramos de seguros	1.232,68	11.605,49
- Prêmios - Pessoas	1.232,68	11.605,49

b) Faixas de vencimentos:

	30.06.2018	31.12.2017
Prêmios de seguros	1.173,68	5.951,06
Vencidos até 30 dias	1.173,68	5.951,06
De 31 a 60 dias	-	412,07
De 61 a 90 dias	59,00	412,07
De 91 a 120 dias	-	830,65
De 121 a 180 dias	-	3.999,64
Saldo no final do período	1.232,68	11.605,49

c) Movimentação no período:

	30.06.2018	31.12.2017
Movimentação dos créditos das operações com seguros	11.605,49	788,78
Saldo no início do período	11.605,49	788,78
Prêmios emitidos	422.949,48	774.998,24
IOF	1.529,25	2.212,04
Cancelamentos	(13.248,07)	(194.099,85)
Recebimentos	(421.603,47)	(572.293,72)
Saldo no final do período	1.232,68	11.605,49

7 - Títulos e créditos a receber

Constituído pelas rubricas e saldos, a saber:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Créditos tributários e previdenciários	43.515,73	37.825,39
- Créditos de imposto de renda - IRRF/IRPJ	20.274,13	3.639,21
- Créditos de contribuição social	1.624,32	1.574,87
- Créditos de COFINS e PIS	21.617,28	20.924,02
- Taxa de fiscalização	-	11.687,29
Outros Créditos	381,69	366,62
- Outros	381,69	366,62
Saldo do período	43.897,42	38.192,01

8 - Investimentos

Outros investimentos

Composição:	30.06.2018	31.12.2017
- Conta capital	8.045,00	5.394,62
- Banco Sicoob - Cooperativa	8.045,00	5.364,62

9 - Obrigações a pagar

Constituída pelas rubricas e saldos, a saber:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Obrigações a pagar - circulante	18.749,51	46.538,20
Fornecedores	3.808,00	6.932,59
- Fornecedores	3.808,00	6.932,59
Dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio a pagar	-	23.240,00
- Dividendos	-	23.240,00
Honorários, remunerações a pagar	11.940,23	11.378,30
- Salários a pagar	11.940,23	11.378,30
Pagamentos a efetuar	2.000,00	4.769,76
- Outros Pagamentos	2.000,00	4.769,76
Outras Obrigações a pagar	1.001,28	217,55
- Outras contas	1.001,28	217,55

10 - Impostos e encargos sociais a recolher

Saldos apresentados pelas rubricas a seguir:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Composição em:	14.909,08	15.793,87
- Imposto de renda retido de funcionários	3.288,88	4.145,07
- Imposto de renda retido de terceiros	-	315,56
- Imposto sobre serviços retido - ISSQN	340,69	190,09
- Imposto sobre operações financeiras - IOF	365,53	210,34
- Contribuições previdenciárias	4.795,09	4.538,44
- Contribuições para o FGTS	1.274,52	1.550,00
- Contribuições sindicais	4.844,37	4.844,37

11 - Encargos trabalhistas

Saldos apresentados pelas rubricas a seguir:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Composição em:	39.546,79	15.656,67
- 13º salário a pagar	7.577,63	0,00
- Férias a pagar	21.890,62	11.666,67
- Encargos sociais a recolher	10.078,24	3.990,00

12 - Impostos e contribuições

Saldos apresentados pelas rubricas a seguir:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Composição em:	5.459,25	3.103,25
- Cofins	4.692,69	2.669,48
- Pis/Pasep	766,56	433,77

13 - Provisões técnicas

As provisões técnicas aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep a operar em seguros e/ou planos de previdência complementar aberta são constituídas de acordo com as disposições da Resolução CNSP n° 321/2015 e da Circular Susep n° 517/2015.

Segue abaixo tabela contendo o devido provisionamento do período:

Descrição	PPNG	PSL	IBNR	TOTAL
Saldo em 01.01.2018	1.267,50	1.999,23	46.098,76	49.365,49
Constituições decorrentes de contribuições	118.421,41	15.501,57	308.627,95	442.550,93
Pagamentos	-	(15.501,57)	-	(15.501,57)
Atualizações/juros	-	107,91	-	107,91
Reversões	(81.626,96)	-	(294.434,50)	(376.061,46)
Saldo em 30.06.2018	38.061,95	2.107,14	60.292,21	100.461,30
Descrição	PPNG	PSL	IBNR	TOTAL
Saldo em 01.01.2017	-	-	30.045,85	30.045,85
Constituições decorrentes de contribuições	6.588,34	23.064,54	469.436,59	499.089,47
Pagamentos	-	(21.108,28)	-	(21.108,28)
Atualizações/juros	-	42,97	-	42,97
Reversões	(5.320,84)	-	(453.383,68)	(458.704,52)
Saldo em 31.12.2017	1.267,50	1.999,23	46.098,76	49.365,49

14 - Teste de adequação do passivo - TAP

O Teste de Adequação de Passivo (TAP) foi calculado conforme Circular Susep n° 517/2015 e alterações, em seu resultado foi constatado que as provisões técnicas contabilizadas pela Companhia estão adequadas, portanto, não existe a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

15 - Análise de sensibilidade

A alínea e, inciso XI, artigo 156, contido no anexo I da Circular Susep n° 517/2015 e alterações determina que se faça uma análise de sensibilidade considerando, principalmente, as seguintes variáveis: sinistralidade; taxas de juros; índice de conversibilidade; mortalidade (frequência e severidade); sobrevivência; e inflação.

Destacamos que a seguradora possui atualmente quatro produtos comercializados no ramo de vida coletiva e individual. Devido às características desses produtos, constituídos no regime financeiro de repartição simples, sem pagamento de rendas por sobrevivência, entendemos que a análise de sensibilidade se faz necessária nas seguintes variáveis: taxas de juros, mortalidade e sinistralidade.

a) Taxa de juros:

Um método para analisar o impacto da variável taxa de juros nos produtos de seguros é alterar a taxa de juros ETTJ é observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, vamos considerar uma elevação na taxa ETTJ em 10% e conferir como ficarão os valores descontados das estimativas correntes.

Tabela 1 - Cenário atual - análise da taxa de juros

Data-Base	Taxa de juros	Resultado do TAP - Estimativas Futuras PPNG
30.06.2018	ETTJ	(R\$ 241.568,31)

Tabela 2 - Cenário alterando a ETTJ em 10%. - análise da taxa de juros

Data-Base	Taxa de juros	Resultado do TAP - Estimativas Futuras PPNG
30.06.2018	ETTJ x 110%	(R\$ 240.537,63)
30.06.2018	ETTJ x 90%	(R\$ 242.607,42)

Conclusão: As alterações na taxa de juros ETTJ, em 10%, não modificaram o resultado do TAP.

b) Sinistralidade:

Nesta análise específica consideramos uma elevação de 100% nos valores dos sinistros pagos durante o período de 2018 e com isso observamos o impacto na sinistralidade do período analisado.

Tabela 3 - Cenário atual - análise da sinistralidade

Data-Base	Prêmios Emitidos	Sinistros Pagos	Sinistralidade
30.06.2018	R\$ 409.701,41	R\$ 60.324,11	14,72%

Tabela 4 - Cenário elevando os sinistros pagos em 50% - análise da sinistralidade

Data-Base	Prêmios Emitidos	Sinistros Pagos	Sinistralidade
30.06.2018	R\$ 409.701,41	R\$ 90.486,17	22,09%

Conclusão: A elevação em 50% nos valores dos sinistros pagos durante o período de 2018 não acarretará em nenhum desequilíbrio financeiro, a sinistralidade projetada continuará com índices aceitáveis, dentro dos padrões do mercado.

c) Mortalidade:

Um método para analisar o impacto da mortalidade é estressar a severidade e a frequência dos pagamentos de sinistros e observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, vamos considerar uma variação de 10% na mortalidade projetada no TAP e conferir como se dará o impacto.

Tabela 5 - Análise da mortalidade

Data-Base	Resultado Atual do TAP	Resultado do TAP após elevação de 10% na mortalidade
30.06.2018	- R\$ 241.568,31	- R\$ 168.170,07

Conclusão: A elevação em 10% na mortalidade projetada no TAP não modificara se resultado, a Supervisionada continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura – PCC.

16 - Patrimônio líquido

- a) **Capital social** - totalmente subscrito e integralizado é representado por 1.705.168 (1.705.168 em 31.12.2017) ações, todas nominativas, sem valor nominal, sendo 50% ações ordinárias e 50% ações preferenciais. Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, quando houver, após a dedução da Reserva Legal. Os dividendos são registrados contabilmente no Passivo Circulante na rubrica Dividendos Propostos, quando sua distribuição é proposta pela Administração, e desta, transferidos para a rubrica Dividendos a Pagar, quando deliberado em Assembleia Geral Ordinária.
- b) **Aumento de Capital Social (Em aprovação)** - Através da Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 18/05/2018 foi deliberado o aumento do Capital Social para R\$ 4.120.000,00, ocorrendo a integralização de R\$ 2.420.000,00 em moeda corrente no país, com a emissão de 2.262.443 novas ações, sendo 50% ordinárias e 50% preferenciais ao preço de emissão de R\$ 1,06964 por ação;
- c) **Reservas de Lucros - (I) Reserva Legal** - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; **(II) Outras Reservas de Lucros** - constituída do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a dedução do valor da reserva legal, e do valor dos dividendos mínimos propostos; e
- d) **Lucros e ou prejuízos acumulados** - está representado pelo montante de R\$ 16.849,73 (0,00 em 31/12/2017) correspondente ao resultado apurado no período.

17 - Patrimônio líquido ajustado - PLA e Capital mínimo requerido - CMR

A seguir demonstramos o PLA e o CMR calculados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes nas respectivas datas de levantamento das demonstrações contábeis.

Descrição	30.06.2018 283 e 321/2015	31.12.2017 283 e 321/2015
Resolução CNSP nº		
Patrimônio líquido	4.227.060,23	1.823.909,96
Participações em Sociedades Financeiras – Nacionais	(8.045,00)	(5.394,62)
Patrimônio líquido ajustado – PLA (A)	4.219.015,23	1.818.515,34
Capital base (B)	1.240.000,00	1.240.000,00
Capital de risco total	134.986,39	112.702,64
Parcela de risco de crédito	12.107,21	13.102,63
Parcela de risco de subscrição	116.359,83	95.470,95
Parcela de risco operacional	9.064,49	7.768,43
Parcela de risco mercado	10.225,00	7.651,00
Suficiência de PLA (A) - (B)	2.979.015,23	578.515,34
Suficiência de PLA %	240,24%	46,65%
Suficiência de ativos garantidores		
Ativos de garantidores aceitos	1.379.331,42	1.336.817,81
Valor a cobrir de provisões técnicas	(100.461,30)	(49.365,49)
Suficiência	1.373%	2.708%
Liquidez em relação ao CR		
Ativos líquidos em excesso à cobertura provisões técnicas	1.278.870,12	1.287.452,32
CRmerc, sem as vigências não registradas dos fluxos (RM_F)	5.967,51	5.967,51
CR_r Capital de Riscos, considerando RM_F	133.619,35	112.156,50
Índice de liquidez em relação ao CR / CRM %	957,10%	1.147,91%

18 - Detalhamento das contas do resultado

Considerando a relevância de seus saldos, detalhamos as rubricas de resultado a seguir:

Descrição	30.06.2018	30.06.2017
Sinistros Ocorridos	(74.517,56)	(20.916,92)
Despesas com sinistros – Administrativos	(60.324,11)	(12.628,76)
Varição Eventos Ocorridos – IBNR	(14.193,45)	(8.288,16)
Custo de Aquisição	(77.449,13)	(2.616,19)
Comissões sobre prêmios	(40.287,25)	(2.616,19)
Outros custos de aquisição	(37.161,88)	-
Despesas Administrativas	(298.012,28)	(171.723,87)
Pessoal próprio	(153.069,14)	(34.079,97)
Serviços de Terceiros	(111.925,41)	(107.561,93)
Localização e funcionamento	(3.147,91)	(3.966,83)
Publicações	(23.060,60)	(20.658,44)
Donativos e contribuições	(6.271,55)	(4.901,00)
Administrativas diversas	(537,67)	(555,70)
Despesas com Tributos	(49.872,47)	(46.408,48)
Impostos	(1.890,35)	(2.323,39)
Contribuições	(19.770,91)	(16.863,26)
Taxa de fiscalização	(28.211,21)	(27.221,83)
Receitas Financeiras	98.702,30	97.500,26
Títulos de Renda Fixa Públicos	97.597,06	-
Fundos de Investimentos	-	95.753,40
Outras receitas financeiras	1.105,24	1.746,86
Despesas Financeiras	(4.212,70)	(1.637,51)
Outras despesas financeiras	(4.212,70)	(1.637,51)
Receitas/Despesas Patrimoniais	1.750,38	79,09
Receitas patrimoniais	1.750,38	79,09
Outras Receitas/Despesas Operacionais	13.854,77	3.056,15
Receitas com outras taxas	13.854,77	1.323,33
Outras receitas	-	1.732,82

19 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas originam-se de operações, a saber:

a) Transações de natureza operacional

Composição do saldo em:	30.06.2018	30.06.2017
Resultado do período	295.323,45	227.644,40

b) Prestação de serviços administrativos

Pela utilização da estrutura física e de pessoal da Equatorial Previdência Complementar, sem contraprestação financeira.

20 – Outros eventos

Através da Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 15/05/2018 foi deliberado o aumento do Capital Social, conforme nota 16, letra b), e também a alteração da denominação da Companhia para Equatorial Seguradora S. A. - Microseguros, pendente de homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, até a data de encerramento das demonstrações contábeis do período.

Goiânia, 30 de junho de 2018.

Aldomiro Pereira Faleiros
Sócio Acionista

Aldo Faleiro
Sócio Acionista

Frederico Faleiro
Sócio Acionista

Djalma Alves Monteiro
Sócio Acionista

Daniel Faleiro
Sócio Acionista

**Equatorial Previdência
Complementar**
Sócio Acionista

Mardey Teixeira
Atuário MIBA nº. 1233

Gilmar da Silva Tavares
Contador CRC/GO nº. 017449/O-6